



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA/ES QUADRO GERAL

ANALISTA EM GESTÃO PÚBLICA – CONTADOR

TIPO 1 – BRANCA

MATERIAIS

- Este caderno de provas é composto por quarenta questões objetivas e uma dissertação.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas e Folha de Texto Definitivo: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição do texto para a Folha de Texto Definitivo.
 - A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
 - Atenção ao preencher a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo. Caso haja erro de preenchimento, as Folhas não serão substituídas.
-
- Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo, assinadas nos locais indicados, ao Fiscal de Aplicação.
- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
 - Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
 - Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.



CARGO: ANALISTA EM GESTÃO PÚBLICA – CONTADOR

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

No futuro, atendimento digital deverá se restringir a processos repetitivos

Comprar ingresso de cinema, fazer *check-in* em viagens, pagar contas ou pedir comida em restaurantes são atividades cada vez mais mediadas por telas e algoritmos. O que antes exigia contato direto entre funcionários e consumidores agora pode ser resolvido em segundos por aplicativos, terminais de autoatendimento ou *chatbots*. Essa transformação, que promete rapidez e redução de custos para empresas, também abre debates sobre exclusão digital, segurança de dados, perda de empregos e, sobretudo, sobre a experiência humana no atendimento.

Para o professor José Eduardo Santarém, doutor e professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da USP, especialista em Tecnologia da Informação, é preciso compreender que a digitalização tem diferentes dimensões. “Um dos significados é a conversão de documentos analógicos para o digital. Mas, no sentido estratégico, a digitalização está relacionada à transformação digital, que hoje faz parte do cotidiano das pessoas graças a equipamentos, sensores, algoritmos de IA e, principalmente, à mobilidade da *internet*”, explica.

Esse avanço, segundo ele, traz ganhos claros em produtividade e precisão, além de eliminar barreiras de tempo e distância. No entanto, não significa o fim da participação humana. “Muitas atividades ainda exigem interação humana, como tarefas que dependem de raciocínio, empatia, criatividade e julgamentos éticos. Liderança, cuidados com a saúde e negociações complexas, por exemplo, ainda vão depender muito do ser humano”, avalia.

Apesar disso, Santarém acredita que a inteligência artificial deve ocupar um espaço cada vez maior em atividades repetitivas. “Algumas tarefas podem até ser mais seguras quando executadas por máquinas. Um exemplo é o trânsito: a maior parte dos acidentes ocorre por falha humana. Não consigo imaginar que em 20 ou 25 anos ainda tenhamos pessoas dirigindo carros. Os veículos autônomos devem assumir esse papel por serem mais eficientes e seguros”, projeta.

O professor também chama atenção para as contradições desse processo. De um lado, a tecnologia facilita a vida de pessoas com limitações, oferecendo ferramentas de acessibilidade e inclusão. De outro, pode ser excludente para quem não tem acesso a dispositivos e conectividade. “A digitalização traz benefícios e dificuldades. Mas há um esforço mundial para democratizar esse acesso, como o consórcio W3C, que defende *internet* para todos em todos os lugares”, observa.

Na prática, o atendimento digital ainda está longe de ser perfeito. “Basta pensar nos *bots* de *e-commerce*. Raramente alguém sai satisfeito, porque eles resolvem apenas problemas básicos. Quando a demanda exige personalização, o atendimento humano ainda é insubstituível”, afirma Santarém. Para ele, esse é um dos grandes desafios da era da IA: encontrar o equilíbrio entre automação e sensibilidade.

Outro ponto crítico é a privacidade. “Há falhas diárias de acesso e roubo de dados. Apesar de termos legislações como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no Brasil e o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) na Europa, ainda precisamos evoluir. Custos e interesses muitas vezes deixam a proteção da privacidade fora da pauta, e isso é um problema sério”, alerta.

Ainda assim, Santarém não acredita que o futuro será marcado por um atendimento totalmente automatizado. Ao contrário, projeta uma retomada do contato humano como diferencial. “Sou otimista em relação ao atendimento humano. Acho que haverá um momento em que vamos regredir no atendimento automatizado. Muitas pessoas ainda preferem abrir um cardápio físico em um restaurante em vez de usar *QR Code*. Esse contato pessoal pode voltar a ser o preferido”, reflete.

Para ele, a saída está na fusão entre o digital e o humano, aproveitando o que cada um faz de melhor. “O ser humano não é apto para tarefas repetitivas, mas é insubstituível em inteligência, criatividade e sensibilidade. Já a automação pode dar agilidade e precisão a processos. O futuro do atendimento não será substituir um pelo outro, mas combinar os dois para oferecer experiências mais completas e humanas”, conclui.

(Disponível em: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/>. Acesso em: janeiro de 2025).

Questão 01

De acordo com o texto, o professor José Eduardo Santarém destaca um problema específico dos sistemas de atendimento automatizados no cenário atual, que se trata da:

- A) Incapacidade de resolver demandas personalizadas.
- B) Incompatibilidade entre automação e sensibilidade.
- C) Ineficiência legal na segurança e proteção de dados.
- D) Instabilidade na manutenção dos empregos formais.



Questão 02

Considerando as alegações sobre a visão do professor Santarém exposta no texto, analise as afirmativas a seguir.

- I. A digitalização estratégica vai além da mera conversão de documentos, envolvendo uma mudança estrutural no cotidiano através da IA e da mobilidade.
- II. O autor defende que o ser humano é naturalmente apto para realizar tarefas repetitivas, embora a máquina as execute com mais segurança.
- III. O retorno ao atendimento presencial é visto como um diferencial competitivo baseado na preferência de parte dos consumidores.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) I e III.
- D) II e III.

Questão 03

No desenvolvimento de sua argumentação, o autor utiliza estratégias discursivas de contraste para evidenciar as desigualdades sociais presentes no contraditório processo de digitalização. Nesse contexto, assinale o trecho que melhor exemplifica essa estratégia.

- A) *“O ser humano não é apto para tarefas repetitivas, mas é insubstituível em inteligência, criatividade e sensibilidade. Já a automação pode dar agilidade e precisão a processos.”* (9º§).
- B) *“Esse avanço, segundo ele, traz ganhos claros em produtividade e precisão, além de eliminar barreiras de tempo e distância. No entanto, não significa o fim da participação humana.”* (3º§).
- C) *“De um lado, a tecnologia facilita a vida de pessoas com limitações oferecendo ferramentas de acessibilidade e inclusão. De outro, pode ser excludente para quem não tem acesso a dispositivos e conectividade.”* (5º§).
- D) *“Apesar de termos legislações como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no Brasil [...], ainda precisamos evoluir. Custos e interesses muitas vezes deixam a proteção da privacidade fora da pauta, e isso é um problema sério ‘, [...]’* (7º§).

Questão 04

Na conclusão do texto, o autor afirma que o futuro do atendimento digital será marcado, principalmente, pela(s)

- A) Retomada do atendimento integralmente humano.
- B) Práticas automatizadas em lugar do contato pessoal.
- C) Crescente atuação humana em atividades automatizadas.
- D) Convergência entre habilidades humanas e de automação.

Questão 05

No trecho *“O ser humano não é apto para tarefas repetitivas, mas é insubstituível em inteligência, criatividade e sensibilidade.”* (9º§), a principal figura de linguagem presente é:

- A) O paradoxo, atribuindo limitação e excelência ao ser humano.
- B) A hipérbole, exagerando as capacidades e as limitações humanas.
- C) A antítese, contrapondo as limitações às potencialidades humanas.
- D) A gradação, enumerando as capacidades humanas em ordem crescente.

Questão 06

Releia esta passagem do 1º parágrafo: *“Essa transformação, que promete rapidez e redução de custos para empresas, também abre debates sobre exclusão digital, segurança de dados, perda de empregos e, sobretudo, sobre a experiência humana no atendimento.”* Nesse contexto, o advérbio *“sobretudo”* atua, discursivamente, para:

- A) Introduzir um paradoxo.
- B) Hierarquizar informações.
- C) Contrapor pontos de vista.
- D) Evidenciar uma retificação.



Questão 07

Considerando a relação entre o título e o texto, a correta indicação de tempo, modo verbal e valor semântico presentes na forma “deverá”, empregada no enunciado que intitula o texto, é:

- A) Futuro do presente do indicativo, que sugere hipótese de realização de ação futura, com valor factual.
- B) Presente do subjuntivo, que aponta expectativa de realização de evento futuro, sem valor condicional.
- C) Futuro do presente do indicativo, que expressa conjectura ou projeção sobre realização de ação futura.
- D) Futuro do pretérito do indicativo, que indica ação hipotética ou dependente de condição não realizada.

Questão 08

No enunciado “*Há falhas diárias de acesso e roubo de dados.*” (7º§), o emprego da forma verbal “há” está em conformidade com a norma-padrão da Língua Portuguesa. Nesse contexto, assinale a alternativa que justifica corretamente o emprego dessa forma verbal no singular.

- A) O verbo concorda obrigatoriamente com o núcleo do objeto direto mais próximo.
- B) O verbo é impessoal por apresentar sentido existencial e por prescindir de sujeito.
- C) O verbo assume função de auxiliar na oração sem sujeito, mantendo-se no singular.
- D) O verbo concorda, por atração, com o primeiro núcleo do sintagma nominal posposto.

Questão 09

No período “*Essa transformação, que promete rapidez e redução de custos para empresas, também abre debates sobre exclusão digital, segurança de dados, [...]*” (1º§), a oração subordinada destacada é classificada como:

- A) Substantiva predicativa, por qualificar o substantivo antecedente.
- B) Adjetiva explicativa, por esclarecer o sentido de “transformação”.
- C) Substantiva objetiva direta, por completar o sentido de “promete”.
- D) Adverbial causal, por indicar uma circunstância do evento principal.

Questão 10

Tendo em vista o texto apresentado, considere, hipoteticamente, que será redigido um documento oficial que trate dos riscos da automação excessiva no atendimento ao cidadão. Conforme as recomendações do Manual de Redação da Presidência da República (2018), a clareza – princípio essencial da correspondência oficial – é assegurada, principalmente, pela:

- A) Organização lógica das ideias e uso de vocabulário preciso e acessível.
- B) Adoção de termos técnicos estrangeiros, comuns à área de tecnologia.
- C) Construção de períodos complexos, que ampliam a explicação do tema.
- D) Presença de exemplos opinativos para facilitar a compreensão do leitor.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Em uma instituição pública certa servidora precisa organizar documentos históricos distintos entre si em uma estante linear. Ela possui 3 relatórios administrativos, 2 atas de reuniões e 4 processos judiciais antigos. Por exigência do setor, os documentos devem ser dispostos em fila (da esquerda para a direita) de modo que os documentos de um mesmo tipo fiquem sempre juntos. Com base nessas informações, de quantas maneiras diferentes essa organização pode ser feita?

- A) 864.
- B) 1.440.
- C) 1.728.
- D) 3.456.

Questão 12

Em uma escola técnica há 60 alunos matriculados. Desses, 20 não participam de atividades esportivas e 25 não participam de atividades culturais. Sabe-se, ainda, que 30 alunos participam tanto de atividades esportivas quanto culturais. Se um aluno for escolhido aleatoriamente, qual é a probabilidade de que ele não participe de atividades esportivas e nem de atividades culturais?

- A) 0,10.
- B) 0,15.
- C) 0,20.
- D) 0,25.



Questão 13

Giovana comparou listas de músicas preferidas entre quatro *playlists* digitais. Ao fazer as comparações, ela observou que a *playlist A* tem 12 músicas em comum com a *playlist B*; 20 músicas em comum com a *playlist C*; e 28 músicas em comum com a *playlist D*. Com base apenas nessas informações, qual é o número máximo possível de músicas que podem estar presentes simultaneamente nas quatro *playlists*?

- A) 8.
- B) 12.
- C) 20.
- D) 28.

Questão 14

Três atletas – André, Bruno e Caio – comparavam seus tempos distintos de corrida em uma prova. Cada um fez uma afirmação:

- André: “Meu tempo foi menor que o de Bruno”.
- Bruno: “Caio teve um tempo menor que o de André”.
- Caio: “Entre nós três, André foi o mais rápido”.

Considere que apenas uma dessas afirmações é verdadeira e, conseqüentemente, as demais são falsas. Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- A) Caio foi o mais rápido.
- B) André foi o mais rápido.
- C) Bruno foi o mais rápido.
- D) André foi mais lento que Caio.

Questão 15

Um almoxarifado possui 60 caixas, cada uma contendo parafusos de apenas uma cor. Sabe-se que 25 caixas contêm parafusos prateados; 18 contêm parafusos pretos; 8 contêm parafusos verdes; e o restante contêm parafusos dourados. Com base nessas informações, qual é o número mínimo de caixas que devem ser retiradas, aleatoriamente, para garantir que haja ao menos uma caixa de cada cor?

- A) 5.
- B) 24.
- C) 42.
- D) 53.

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO CORRELATA

Questão 16

A Constituição Federal de 1988 estabelece normas gerais sobre a Administração Pública, disciplinando, entre outros aspectos, a acumulação de cargos públicos, as regras aplicáveis ao exercício de mandato eletivo e as condições de estabilidade dos servidores de provimento efetivo. De acordo com os dispositivos constitucionais aplicáveis, é correto afirmar que:

- A) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, mesmo quando houver compatibilidade de horários, inclusive nos casos de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.
- B) O servidor público da Administração direta, no exercício de mandato eletivo estadual, permanecerá em seu cargo, emprego ou função, desde que haja compatibilidade de horários, percebendo as vantagens correspondentes.
- C) O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo adquire estabilidade após três anos de efetivo exercício, e, se sua demissão for posteriormente invalidada por sentença judicial, será reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização.
- D) O servidor investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, em qualquer caso que exija afastamento, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.



Questão 17

A Lei nº 12.527/2011 disciplina o direito de acesso à informação, estabelecendo regras sobre a formulação dos pedidos, as limitações impostas à Administração Pública e os deveres dos órgãos e entidades na concessão das informações públicas. Considerando essas disposições legais, analise os casos hipotéticos a seguir.

Caso 1: Um interessado apresentou pedido de acesso a informações a um órgão público, por meio legítimo, identificando-se e especificando a informação requerida. O órgão condicionou o atendimento do pedido à apresentação dos motivos determinantes da solicitação.

Caso 2: Um interessado protocolou pedido de acesso à informação junto a uma entidade pública, mas o acesso imediato não foi concedido.

Caso 3: Um requerente solicitou acesso à informação armazenada em formato digital.

Caso 4: Um cidadão apresentou pedido de informação, mas a informação requerida não estava disponível no órgão, que remeteu o pedido a outro órgão competente, sem comunicar adequadamente ao interessado sobre a remessa.

À luz da legislação mencionada, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) No caso 1, o órgão público agiu em desacordo com a legislação, pois são vedadas exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informação.
- B) No caso 2, não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão público que receber o pedido deverá, em prazo não superior a vinte dias, comunicar a data, o local e o modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão.
- C) No caso 3, uma vez que a informação está armazenada em formato digital, essa deverá ser fornecida nesse formato, independentemente da anuência do requerente.
- D) No caso 4, o órgão que receber o pedido deverá comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

Questão 18

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) instituiu um regime jurídico destinado a disciplinar o tratamento de dados pessoais, estabelecendo critérios para a aplicação da norma, hipóteses legais que autorizam o tratamento, exceções ao seu âmbito de incidência e regras específicas relativas ao consentimento do titular e aos seus efeitos. Considerando esse arcabouço normativo, analise os casos hipotéticos apresentados a seguir.

Caso 1: Uma pessoa jurídica sediada no exterior realizou operação de tratamento de dados pessoais de indivíduos que se encontravam no território nacional no momento da coleta.

Caso 2: Foram tratados dados pessoais exclusivamente para fim jornalístico.

Caso 3: Uma empresa realizou tratamento de dados pessoais após obter manifestação de vontade do titular por meio que permite comprovação.

Caso 4: O titular de dados pessoais, após ter fornecido consentimento para determinado tratamento, pretende revogá-lo.

Com base na legislação supracitada, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) No caso 1, a LGPD aplica-se ao caso, uma vez que a operação de tratamento foi realizada por pessoa jurídica sediada no exterior, mas os dados pessoais objeto do tratamento foram coletados no território nacional, considerando-se como tal aqueles cujo titular se encontrava no Brasil no momento da coleta.
- B) No caso 2 não cabe a aplicação da LGPD, pois o tratamento de dados pessoais foi realizado para fins exclusivamente jornalísticos.
- C) No caso 3, o tratamento de dados pessoais somente é permitido mediante o fornecimento de consentimento pelo titular, o qual deve ser obtido por escrito ou por outro meio que demonstre sua manifestação de vontade, cabendo ao controlador comprovar que o consentimento foi obtido em conformidade com a legislação.
- D) No caso 4, o consentimento fornecido pelo titular pode ser revogado a qualquer momento, mediante manifestação expressa, por procedimento gratuito e facilitado, sendo automaticamente invalidados todos os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado, ainda que não tenha havido requerimento de eliminação.



Questão 19

A Lei de Improbidade Administrativa estabelece as hipóteses de responsabilização por atos de enriquecimento ilícito, de lesão ao erário e de atentado aos princípios da Administração Pública. Considerando exclusivamente a literalidade das disposições legais, analise os casos hipotéticos a seguir.

Caso 1: O agente público A., no exercício regular de suas atribuições, recebeu vantagem econômica de particular interessado em determinado procedimento administrativo, com a finalidade de omitir ato de ofício que lhe competia realizar no curso desse procedimento.

Caso 2: O gestor público B. facilitou a incorporação, ao patrimônio de entidade privada, de valores públicos transferidos mediante parceria, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis, tendo sido constatado que não houve perda patrimonial efetiva.

Caso 3: O servidor C. revelou, antes da divulgação oficial, o teor de medida econômica capaz de afetar o preço de determinada mercadoria.

Caso 4: O agente público D. faleceu após ter causado dano ao erário, deixando herdeiros que receberam patrimônio por sucessão.

Com base nas disposições da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) No caso 1, constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, inclusive receber vantagem econômica, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício ao qual esteja obrigado.
- B) No caso 2, a inobservância de formalidades legais ou regulamentares que não implique perda patrimonial efetiva não enseja imposição de ressarcimento.
- C) No caso 3, para ser passível de sancionamento, é exigida lesividade relevante ao bem jurídico tutelado, bem como depende do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos.
- D) No caso 4, o herdeiro daquele que causar dano ao erário está sujeito apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança.

Questão 20

A Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos – estabelece normas sobre modalidades de contratação pública, disciplinando, entre outros aspectos, o pregão, o leilão, o diálogo competitivo e o concurso, definindo condições, procedimentos e limites para cada uma dessas modalidades. De acordo com as disposições da legislação, assinale a afirmativa correta.

- A) O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual nem a obras e serviços de engenharia, inclusive ao serviço comum de engenharia.
- B) Nos concursos destinados à elaboração de projetos, o vencedor é obrigado a ceder apenas parte dos direitos patrimoniais relativos ao projeto à Administração Pública, podendo autorizar ou não sua execução.
- C) Na modalidade diálogo competitivo, a Administração deve divulgar no edital suas necessidades e exigências já definidas e estabelecer prazo mínimo de vinte e cinco dias úteis para manifestação de interesse na participação da licitação.
- D) O leilão exigirá registro cadastral prévio, porém não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 21

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Viana apresenta projeto de lei que visa conceder isenção de IPTU para moradores em duas situações: a) que residam em áreas de risco geológico; e b) que possuam Área de Preservação Permanente (APP) nas dimensões de sua propriedade. Sobre a viabilidade legal desse projeto no evento hipotético, frente às normas da Lei Orgânica do Município de Viana, assinale a afirmativa correta.

- A) O projeto é válido, uma vez que a competência tributária é concorrente entre os Poderes Executivo e Legislativo.
- B) A isenção tributária só pode ser concedida via Emenda à Lei Orgânica, sendo vedada a utilização de Lei Ordinária para este fim.
- C) O projeto padece de vício de iniciativa, pois leis que versem sobre matéria tributária e orçamentária são de iniciativa privativa do prefeito.
- D) A Câmara Municipal pode propor a lei, mas, no caso, a sua eficácia fica condicionada à posterior assinatura de convênio com o Governo do Estado, dada a matéria ambiental.



Questão 22

O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Viana estabelece que, além do vencimento do cargo, poderão ser pagas ao servidor vantagens pecuniárias distintas. Considerando as disposições legais sobre a natureza e a incorporação dessas verbas, é correto afirmar que:

- A) Não há hipótese legal em que os adicionais possam ser incorporados ao vencimento ou provento do servidor, tendo em vista seu caráter transitório e precário.
- B) As vantagens pecuniárias recebidas pelo servidor, sejam elas indenizações, auxílios ou gratificações, integram o vencimento-base para o cálculo de férias e do décimo terceiro salário.
- C) As indenizações, como as diárias e a ajuda de custo, incorporam-se automaticamente ao vencimento do servidor após cinco anos de recebimento contínuo, para fins de aposentadoria.
- D) As indenizações e os auxílios não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito, enquanto os adicionais podem ser incorporados nos casos e condições previstos em lei.

Questão 23

Em determinado ano, a Câmara Municipal de Viana rejeita as contas anuais do prefeito, seguindo o parecer prévio do Tribunal de Contas. De acordo com o rito da Lei Orgânica Municipal, para que aludido parecer do Tribunal de Contas fosse rejeitado pelos vereadores, seria necessário:

- A) O voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- B) O voto da maioria simples, se ratificado por consulta popular (plebiscito).
- C) A maioria absoluta dos votos, em duas votações com intervalo de dez dias, e a remessa imediata das contas rejeitadas ao Ministério Público para os devidos fins.
- D) Unanimidade dos parlamentares presentes, desde que haja maioria simples em Plenário, dado o caráter técnico e vinculante das decisões dos Tribunais de Contas e a relevância política da decisão.

Questão 24

De acordo com as disposições da Lei nº 3.372/2024 do município de Viana, no que tange à estrutura remuneratória dos servidores públicos do Quadro Geral, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os subsídios dos servidores públicos somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa do Poder Executivo.
- B) Para a fixação dos subsídios, entre outros requisitos, será observada a complexidade dos cargos e a experiência do servidor para a sua investidura.
- C) A remuneração do servidor público de carreira do quadro geral de Viana ocorre na forma de subsídio, e contempla todas as vantagens pessoais e do cargo.
- D) Em razão da remuneração em forma de subsídio, é vedada a incorporação de algumas espécies remuneratórias como o adicional pela prestação de serviço extraordinário e o abono permanência.

Questão 25

O Poder Legislativo municipal, por iniciativa de um terço de seus membros, propõe uma Emenda à Lei Orgânica para inovar sobre a alienação de bens imóveis do município de Viana. Com base nas disposições da Lei Orgânica do Município de Viana (LOM), e analisando a validade legal da situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- A) A proposta de Emenda à Lei Orgânica padece de vício de iniciativa, pois matérias que versem sobre o patrimônio imobiliário municipal e sua alienação são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.
- B) A Câmara Municipal poderá concretizar a proposta de emenda à LOM em matéria de alienação de bens imóveis municipais, sabendo-se que a iniciativa da proposta é privativa da Mesa Diretora da Casa Legislativa.
- C) Apesar de a Câmara Municipal possuir iniciativa legal para propor a emenda sobre a matéria, a Lei Orgânica confere autonomia ao prefeito para alienar bens imóveis municipais, sem necessidade de autorização do Poder Legislativo para este fim.
- D) O caso proposto está alinhado à Lei Orgânica Municipal, pois à Câmara de Vereadores é permitido emendar a LOM por iniciativa de um terço dos parlamentares, e a matéria sugerida não é de competência exclusiva ou privativa de um dos Poderes do município.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 26

A Cia. Bons Ventos adquiriu trinta por cento de ações, com direito a voto, da Cia. Temporal, passando a participar ativamente de suas políticas operacionais. Nessa situação, a investidora passou a ter influência significativa, mas não o controle exclusivo sobre a investida. Para manter a representação fiel do investimento em seu balanço patrimonial, a legislação societária brasileira determina que a Cia. Bons Ventos deve adotar um critério específico de avaliação, que não é o método de custo. Nesse caso, trata-se do método contábil obrigatório para a avaliação desse investimento:

- A) Método do Valor Recuperável.
- B) Método da Equivalência Patrimonial.
- C) Método de Mensuração ao Valor Presente.
- D) Método da Consolidação das Demonstrações Contábeis.

Questão 27

Ao final do exercício, os controles contábeis da empresa “Saturno Comércio S.A.” indicavam que o total de seus bens e direitos (Ativo) somava R\$ 650.000,00. Simultaneamente, constatou-se uma situação de insolvência, com um Passivo a Descoberto no valor de R\$ 175.000,00. Considerando a relação básica entre os grupos patrimoniais, assinale o valor total das obrigações com terceiros (Passivo Exigível) da empresa.

- A) R\$ 475.000,00.
- B) R\$ 525.000,00.
- C) R\$ 650.000,00.
- D) R\$ 825.000,00.

Questão 28

O Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro – estabelece os conceitos fundamentais que norteiam a preparação e a apresentação de relatórios financeiros de propósito geral, fornecendo a base para o desenvolvimento de normas contábeis e a formação do julgamento profissional. Considerando os conceitos estabelecidos por tal pronunciamento, analise as afirmativas a seguir.

- I. A característica qualitativa da comparabilidade exige que uma entidade sempre utilize os mesmos métodos contábeis, sendo vedada qualquer alteração, mesmo que esta resulte em informação mais relevante e fidedigna.
- II. O custo de oportunidade é considerado um critério de mensuração válido e definido pela estrutura conceitual, devendo ser utilizado para ativos que geram fluxos de caixa independentes.
- III. A utilização da informação por investidores existentes e potenciais é apontada como o objetivo principal dos relatórios financeiros de propósito geral, os quais visam fornecer informações úteis para decisões sobre fornecer recursos à entidade.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) III.
- C) I e III.
- D) II e III.

Questão 29

A observância do Princípio da Oportunidade é fundamental para que a informação contábil cumpra seu papel. Ele impõe que o reconhecimento e a divulgação dos fatos contábeis ocorram dentro do prazo em que a informação mantém seu valor e sua capacidade de influenciar as decisões dos usuários. Diretamente derivada desse princípio, a característica qualitativa que exige que a informação esteja disponível aos tomadores de decisão em tempo de ser capaz de influenciá-los é a:

- A) Confiabilidade.
- B) Verificabilidade.
- C) Tempestividade.
- D) Compreensibilidade.



Questão 30

O procurador-geral do Município de Ararinha Azul apresentou ao contador um relatório sobre três ações judiciais em andamento contra a prefeitura:

Ação A: sentença transitada em julgado (esgotados todos os recursos), condenando o município a pagar uma indenização civil a um cidadão. O prazo para pagamento estabelecido na sentença é de cento e vinte dias.

Ação B: processo trabalhista movido por um ex-servidor comissionado, reivindicando direitos. Os assessores jurídicos avaliam que há probabilidade superior a cinquenta por cento de condenação, cujo valor pode ser estimado com confiança. A previsão é de que o desfecho ocorra em cerca de três anos.

Ação C: ação fiscal ajuizada por uma empresa pleiteando a restituição de impostos pagos a maior há dez anos. O parecer jurídico é de que a chance de o município perder a ação é remota, pois o direito da empresa está prescrito.

Diante desse cenário e em estrita observância às regras da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a forma correta de classificação contábil dessas três ações, respectivamente, é:

- A) Passivo Contingente (reconhecido no passivo circulante); Provisão (reconhecimento no passivo não circulante); e Passivo (reconhecimento no passivo circulante).
- B) Provisão (reconhecimento no passivo não circulante); Passivo Contingente (reconhecido no passivo não circulante); e Passivo (reconhecimento no passivo circulante).
- C) Provisão (reconhecimento no passivo circulante); Passivo Contingente (não reconhecido em contas patrimoniais, podendo haver apenas divulgação em notas explicativas); e Provisão (reconhecimento no passivo).
- D) Passivo (reconhecimento no passivo circulante); Provisão (reconhecimento no passivo não circulante); e Passivo Contingente (não reconhecido em contas patrimoniais, podendo haver apenas divulgação em notas explicativas).

Questão 31

Sobre os limites e condições para a Despesa com Pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), analise as afirmativas a seguir.

- I. Os contratos de terceirização de mão de obra, mesmo quando destinados a substituir atividades tipicamente desempenhadas por servidores, não são considerados para fins de cálculo e verificação do limite constitucional de despesa com pessoal, sendo classificados em conta específica de despesa corrente.
- II. A despesa total com pessoal inclui gastos com ativos, inativos e pensionistas, inclusive encargos sociais, e é apurada somando-se os valores realizados nos últimos doze meses, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.
- III. Se a despesa total com pessoal de um Poder ultrapassar noventa e cinco por cento do limite, é vedada a concessão de vantagem ou aumento de remuneração, ressalvados os decorrentes de sentença judicial, determinação legal ou contratual.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 32

O prefeito do município de Belém do Monte, ao elaborar a proposta orçamentária para o exercício de 2026, optou por enviar à Câmara Municipal três projetos de lei distintos: um contendo apenas as estimativas de receita e despesa do Poder Executivo; outro contendo as do Poder Legislativo; e um terceiro projeto específico para o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais. Do ponto de vista da técnica orçamentária, essa conduta fere diretamente um dos princípios clássicos do orçamento público, que determina a consolidação de todas as peças em um único documento. Indica o princípio orçamentário violado pela conduta do prefeito:

- A) Princípio da Unidade.
- B) Princípio da Vinculação.
- C) Princípio da Anualidade.
- D) Princípio da Exclusividade.



Questão 33

Ao fim do exercício de 2024 foram extraídas as seguintes informações de natureza orçamentária e financeira do sistema contábil do município de Bom Jesus:

Descrição	Valor (R\$)
Receita Prevista na LOA	3.400.000,00
Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária	170.000,00
Empenhos Inscritos em Restos a Pagar Processados	350.000,00
Receita Arrecadada	3.200.000,00
Recebimento de Cauções por garantia contratual	230.000,00
Empenhos Inscritos em Restos a Pagar Não Processados	120.000,00
Despesa Orçamentária Paga	2.550.000,00
Restos a Pagar de 2022 pagos no exercício	175.000,00
Despesa Fixada na LOA	3.400.000,00

Com base nas informações fornecidas, é correto afirmar que o resultado orçamentário do exercício de 2024 foi um:

- A) Déficit de 55.000,00.
- B) Superávit de 5.000,00.
- C) Superávit de 180.000,00.
- D) Superávit de 410.000,00.

Questão 34

Com relação ao que preconiza a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TI 01 – Da Auditoria Interna, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Os papéis de trabalho constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, obtidos no curso da auditoria, a fim de evidenciar os exames realizados e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações.
- () A auditoria interna deve ser documentada por meio de papéis de trabalho, elaborados em meio físico ou eletrônico, que devem ser organizados e arquivados de forma sistemática e racional.
- () O termo “erro” aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.
- () A análise dos riscos da auditoria interna deve ser feita na fase de monitoramento dos trabalhos; estão relacionados à possibilidade de não se atingir, de forma satisfatória, o objetivo dos trabalhos.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F.
- B) V, F, F, V.
- C) F, V, V, F.
- D) F, V, F, V.

Questão 35

Sobre o orçamento governamental, assinale a afirmativa correta.

- A) O plano plurianual será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- B) A lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- C) A lei de diretrizes orçamentárias disporá sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, bem como demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.
- D) O projeto de lei orçamentária anual conterá reserva de contingência – cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos no plano plurianual – destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.



Questão 36

Sobre os restos a pagar, analise as afirmativas a seguir.

- I. A inscrição de restos a pagar deve observar as disponibilidades financeiras e condições da legislação pertinente.
- II. O serviço contratado que tenha sido prestado e que se encontre, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro, em fase de verificação do direito adquirido pelo credor será inscrito em restos a pagar não processados.
- III. São restos a pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 37

Considerando o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR), de acordo com o Decreto nº 9.580/2018, bem como a legislação que o complementa, assinale a afirmativa correta.

- A) A obrigação pela retenção do Imposto sobre a Renda será do órgão ou da entidade da Administração Pública federal que receber o pagamento.
- B) As empresas públicas e sociedades de economia mista são obrigadas, salvo algumas exceções, a efetuar as retenções do Imposto sobre a Renda na fonte.
- C) O valor dos serviços médicos, hospitalares e dentários mantidos, ressarcidos ou pagos pelo empregador em benefício de seus empregados, são tributáveis para fins de Imposto de Renda retido na fonte.
- D) Para órgãos e entidades da Administração Pública federal, o valor retido correspondente ao Imposto sobre a Renda somente poderá ser compensado com o que for devido em relação a outro tipo de imposto.

Questão 38

Sobre eventos subsequentes, de acordo com a NBC TA 560 (R1) – Eventos Subsequentes, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O auditor independente tem obrigação de executar todos os procedimentos de auditoria em relação às demonstrações contábeis após a data do seu relatório.
- B) Caso a Administração altere as demonstrações contábeis, o auditor independente deve, entre outros procedimentos, aplicar os procedimentos de auditoria necessários nas circunstâncias da alteração.
- C) No setor público, o auditor independente pode ler os registros oficiais de processos relevantes do órgão legislativo e indagar sobre assuntos tratados nos processos cujos registros oficiais ainda não foram disponibilizados.
- D) O relatório do auditor independente não pode ter data anterior à data em que o auditor independente obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente para servir de base para sua opinião sobre as demonstrações contábeis.

Questão 39

Sobre o empenho da despesa, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, analise as afirmativas a seguir.

- I. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- II. Pode ser estimado o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.
- III. Os empenhos que correm à conta de créditos com vigência plurienal, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



Questão 40

Sobre o uso de amostragem na execução de procedimentos de auditoria, de acordo com a NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, assinale a afirmativa correta.

- A) Amostra é o conjunto completo de dados sobre o qual a amostra é selecionada e sobre o qual o auditor deseja concluir.
- B) Risco não resultante da amostragem é o risco de que o auditor chegue a uma conclusão errônea por qualquer outra razão que não seja relacionada ao risco de amostragem.
- C) Amostragem é o processo de dividir uma população em subpopulações, cada uma sendo um grupo de unidades de população com características semelhantes (geralmente valor monetário).
- D) Distorção tolerável é a taxa de desvio dos procedimentos de controles internos previstos, definida pelo auditor, para obter um nível apropriado de segurança de que essa taxa de desvio não será excedida pela taxa real de desvio na população.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva tem caráter eliminatório e classificatório; sendo constituída de uma dissertação, que será avaliada em trinta pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim.
- A Prova Discursiva deverá a) ter extensão mínima de vinte linhas e máxima de trinta linhas; b) atender ao número mínimo de linhas estipuladas, sob pena de desclassificação para o texto com número de linhas abaixo do limite mínimo exigido.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

Aspectos avaliados		Total de Pontos	
Aspectos Macroestruturais			
Conhecimento e compreensão do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado).		5,00	
Desenvolvimento da argumentação, objetividade e informatividade dentro do tema proposto (organização da argumentação, considerando-se a macroestrutura do texto dissertativo: introdução, desenvolvimento e conclusão).		5,00	
Coerência (relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto; encadeamento de ideias de forma lógica e coerente: progressão textual).		5,00	
Aspectos avaliados de acordo com a norma padrão		Pontos descontados por erro	Total de Pontos
Aspectos Microestruturais			
Estruturação sintática: truncamentos de períodos; justaposição de orações e/ou períodos; excesso, ausência ou duplicação de elementos sintáticos, considerando-se a utilização dos recursos coesivos da língua de modo a tornar a relação entre frases e períodos e entre os parágrafos do texto mais clara e precisa.	0,25		2,00
Morfossintaxe: colocação pronominal; concordância verbal e nominal; conectores; emprego de pronomes; paralelismo sintático; regência verbal e nominal; seleção vocabular – uso de vícios de linguagem, gírias, marcas de oralidade, escolha lexical (precisão vocabular); vocabulário inadequado ao texto escrito; tempos e modos verbais; grau de formalidade/informalidade expressa em palavras e expressões.	0,50		8,00
Desvios: acentuação; ortografia; translineação; uso de letras maiúsculas e minúsculas; pontuação.	0,50		5,00
TOTAL			30 pontos



Texto I

A cultura do descarte e suas consequências

Vivemos em uma era em que a descartabilidade permeia diversos aspectos da vida cotidiana. Produtos, serviços e até relações humanas são vistos como temporários, substituíveis e, por muitas vezes, sem valor duradouro. A cultura do descarte, profundamente enraizada no mundo moderno, reflete uma sociedade que privilegia a velocidade e a conveniência em detrimento da qualidade e do aprofundamento. O resultado é uma erosão da empatia e da responsabilidade em diversas esferas, desde o consumo de bens até as interações pessoais.

Na esfera do consumo, a descartabilidade é visível em praticamente todos os setores. A chamada “obsolescência programada” define a vida útil de inúmeros produtos, desde eletrônicos até vestuário. Itens que, em décadas anteriores, eram feitos para durar, agora são fabricados com a intenção de serem substituídos rapidamente. Isso não apenas impulsiona o consumo contínuo, mas também molda uma mentalidade de que tudo pode ser trocado por algo mais novo ou mais eficiente.

Tomemos como exemplo a indústria da moda. O fenômeno do “fast fashion” incentiva o consumo desenfreado de roupas de baixa qualidade, produzidas em massa, para serem usadas poucas vezes antes de serem descartadas. O ciclo de tendências, que muda constantemente, reforça a ideia de que as coisas perdem rapidamente seu valor. No entanto, as consequências ambientais dessa prática são devastadoras. Montanhas de roupas descartadas em aterros sanitários, o uso intensivo de recursos naturais e o aumento das emissões de carbono são apenas algumas das repercussões dessa mentalidade.

A cultura do descarte também tem efeitos devastadores no meio ambiente. O consumo desenfreado, incentivado pela necessidade de sempre ter o mais novo e o mais rápido, gera uma quantidade massiva de resíduos. Desde embalagens plásticas até aparelhos eletrônicos descartados, a quantidade de lixo gerada pela sociedade moderna é insustentável.

A questão ambiental é agravada pelo fato de que muitos dos produtos que consumimos não são projetados para serem reciclados ou reutilizados. O ciclo de produção-consumo-descarte segue em ritmo acelerado, resultando em impactos negativos para o planeta, que vão desde a poluição de oceanos até o esgotamento de recursos naturais. A cultura da descartabilidade, nesse sentido, não apenas afeta nossa relação com o mundo ao nosso redor, mas também coloca em risco o próprio futuro do planeta.

(Disponível em: <https://www.verdadeiramente.com.br>. Acesso em: janeiro de 2026. Fragmento.)

Texto II

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

(Constituição Federal de 1988, art. 225.)

Texto III

Obsolescência programada e obsolescência obsoleta

A obsolescência programada e a obsolescência obsoleta são estratégias utilizadas pela indústria para incentivar o consumo contínuo de produtos, mas elas têm impactos significativos em nossas vidas e no meio ambiente. A obsolescência programada refere-se à prática de projetar produtos de forma deliberada para terem uma vida útil limitada. Isso significa que os fabricantes deliberadamente incorporam componentes ou tecnologias que se desgastam rapidamente ou se tornam obsoletos em um curto período de tempo. Essa estratégia visa forçar os consumidores a substituírem constantemente seus produtos, gerando um ciclo de consumo contínuo.

Já a obsolescência obsoleta ocorre quando um produto se torna obsoleto devido ao avanço rápido da tecnologia ou à falta de suporte pós-venda. Isso significa que o produto pode estar em perfeito estado de funcionamento, mas se torna incompatível com novos padrões ou atualizações, tornando-se praticamente inutilizável.

Do ponto de vista ambiental, a obsolescência programada e obsoleta contribuem para a exploração excessiva de recursos naturais, a degradação do meio ambiente devido à produção e descarte de resíduos, bem como para o aumento das emissões de gases de efeito estufa associadas ao processo de fabricação de novos produtos.

Ao fazermos escolhas mais conscientes como consumidores, podemos contribuir para reduzir o impacto dessas estratégias e promover uma sociedade mais sustentável.

(Disponível em: <https://cestosdelixoelixeiras.com.br>. Acesso em: janeiro de 2026. Fragmento.)



Texto IV



(Disponível em: <https://www.dio.me/articles/perfil-do-consumidor-brasileiro-em-2025>. Acesso em: janeiro de 2026.)

A partir dos textos motivadores, redija uma dissertação sobre o tema:

“Desafios para a preservação ambiental em meio à cultura do descarte”.



PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



